



Delta 3 Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. GESTÃO DE RISCOS	15
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	19
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	20
6. OUTROS ATIVOS.....	21
7. INVESTIMENTOS	21
8. IMOBILIZADO.....	22
9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	24
10. FORNECEDORES.....	27
11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS.....	28
12. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	29
13. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	29
14. PARTES RELACIONADAS.....	30
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	33
17. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	34
18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	34
19. RESULTADO FINANCEIRO	34
20. PROCESSOS JUDICIAIS.....	34
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	35
RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	37

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.558	7.887	162.698	120.043
Clientes	5	-	-	31.020	62.672
Dividendos a receber	6	43.849	30.987	27.464	-
Outros créditos	6	611	776	10.278	18.985
		46.018	39.650	231.460	201.700
Não circulante					
Caixa restrito	4	46	8	61.137	59.418
Clientes	5	-	-	7.360	10.543
IRPJ e CSLL diferidos		-	-	254	473
Outros créditos	6	36	34	9.438	6.347
		82	42	78.189	76.781
Investimentos	7	777.617	748.315	-	-
Imobilizado	8	-	-	1.322.328	1.365.383
Intangível	-	-	-	4.880	4.859
		777.617	748.315	1.327.208	1.370.242
		777.699	748.357	1.405.397	1.447.023
Total do ativo		823.717	788.007	1.636.857	1.648.723

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	10	-	-	3.716	3.966
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	33.385	25.161	91.570	77.139
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	-	-	12.722	9.292
Passivos de arrendamentos	13	-	-	1.692	1.704
Outras obrigações	12	15.144	12.612	20.369	19.164
		48.529	37.772	130.069	111.265
Não circulante					
Fornecedores	10	-	-	11.204	16.181
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	151.337	175.019	840.108	914.543
Passivos de arrendamentos	13	-	-	26.744	26.501
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	1.317	1.657
Outras obrigações	12	-	-	3.564	3.360
		151.337	175.019	882.937	962.242
Total do passivo		199.866	212.791	1.013.006	1.073.507
Patrimônio líquido					
Capital social	15	454.113	454.113	454.113	454.113
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Reservas de lucro		169.738	121.103	169.738	121.103
Total do patrimônio líquido		623.851	575.216	623.851	575.216
Total do passivo e patrimônio líquido		823.717	788.007	1.636.857	1.648.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	16	-	-	290.435	263.831
Custos da operação e compra de energia	17	-	-	(114.722)	(98.615)
Lucro bruto		-	-	175.713	165.216
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(197)	(157)	(9.595)	(6.816)
Outras receitas (despesas) operacionais		6	-	964	1.330
Resultado de equivalência patrimonial	7	89.946	78.190	-	-
		89.755	78.033	(8.629)	(5.486)
Resultado operacional		89.755	78.033	167.084	159.730
Receitas financeiras	19	367	1.521	18.982	19.414
Despesas financeiras	19	(26.338)	(26.435)	(106.992)	(111.840)
		(25.971)	(24.914)	(88.010)	(92.426)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		63.784	53.119	79.074	67.304
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(15.288)	(14.185)
Lucro líquido do exercício		63.784	53.119	63.784	53.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	63.784	53.119	63.784	53.119
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	63.784	53.119	63.784	53.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Adiantamento para futuro aumento de capital		Reserva de lucros			Total
	Capital social	capital ("AFAC")	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	453.363	750	6.329	74.269	-	534.711
Integralização de AFAC	750	(750)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	53.119	53.119
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.614)	(12.614)
Destinação de reservas	-	-	2.656	37.849	(40.505)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	454.113	-	8.985	112.118	-	575.216
Integralização de AFAC	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.784	63.784
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(15.149)	(15.149)
Destinação de reservas	-	-	3.189	45.446	(48.635)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	454.113	-	12.174	157.564	-	623.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.784	53.119	79.074	67.304
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	53.118	51.810
Resultado de equivalência patrimonial	(89.945)	(78.190)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures	23.624	24.138	94.587	98.075
Encargos financeiros sobre arrendamentos	-	-	-	1.825
Receita financeira de aplicações financeiras	(350)	(1.580)	(18.894)	(19.313)
Baixa de ativos	4	4	-	160
Outros	199	96	1.911	1.247
	(2.684)	(2.413)	209.796	201.108
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	13.199	14.719
Outros créditos	161	(211)	(211)	(7.817)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(1)	(3)	(4.109)	(13.195)
Obrigações trabalhistas e tributárias	1	(19)	3.430	2.464
Outras contas a pagar	(1)	(124)	(2.244)	2.332
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(2.524)	(2.770)	219.861	199.611
Dividendos recebidos	8.500	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(21.682)	(19.705)	(83.996)	(85.558)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(15.409)	(14.395)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(15.706)	(22.475)	120.456	99.658
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(10.084)	(11.366)
Aplicações financeiras – caixa restrito	312	1.586	17.175	14.703
Integralização de capital social em controladas	-	(2.000)	-	-
Redução de capital social em controladas	39.281	32.905	-	-
Caixa proveniente das atividades de investimentos	39.593	32.491	7.091	3.337
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal – empréstimos e financiamentos	(17.600)	(13.200)	(70.228)	(61.427)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Dividendos pagos	(12.616)	(5.508)	(12.616)	(5.508)
Arrendamentos pagos	-	-	(2.048)	(1.651)
Caixa (utilizado) pelas atividades de financiamentos	(30.216)	(18.708)	(84.892)	(68.586)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(6.329)	(8.692)	42.655	34.409
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.887	16.579	120.043	85.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.558	7.887	162.698	120.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Delta 3 Energia S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “Delta 3”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, SP. Em 1º de outubro de 2017 a Companhia passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Serena Geração S.A. (“Serena”), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Serena no âmbito de um contrato de compra e venda de ações celebrado em 12 de maio de 2017 pela Omega Desenvolvimento III Fundo de Investimento em Participações (“DEV FIP III”) e por Lambda3 Fundo de investimento em Participações Multiestratégia (“Lambda3”).

Fundada em 2011, a Delta 3 é uma Companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam exclusivamente na produção e comercialização de energia elétrica.

A Companhia e suas controladas diretas operam 8 empreendimentos, denominados complexo Delta 3 (“UGC Delta 3”), com capacidade total instalada para geração de 220,8 MW de energia renovável, além de uma linha de transmissão de 500 kV de aproximadamente 240 KM, localizados no estado do Maranhão. O projeto de implantação dos parques foi concluído no 1º semestre de 2017, tendo seu primeiro aerogerador acionado em maio, atingindo a totalidade da operação comercial em setembro de 2017.¹

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 3 opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças
- MCP – Mercado de Curto Prazo;

¹ Informações técnicas do parágrafo (MW, Kw e Km) não foram auditadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 14 de março de 2025, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Serena é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2024	2023
Delta 3 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 III Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 IV Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 V Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VI Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VIII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e *joint venture* são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Serena.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado
20	Processos judiciais

2.8 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - apresentação de demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements

(pfs)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e respectivas notas explicativas.

IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) – investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do pronunciamento técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos

materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo lack of exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) – efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e no CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em dezembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu o OCPC 10, que trata dos critérios e requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Este OCPC não

tem como objetivo tratar de questões de natureza tributária e jurídica associadas aos créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO). Buscando a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica para atingir a representação fidedigna do evento econômico que se propõe representar nas demonstrações contábeis das entidades que reportam. A orientação desse OCPC entra em vigor para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2025 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2023 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Serena Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 3 Energia S.A. realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Serena, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *fundings*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e processos internos;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas

atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um sistema de gestão integrado (“ERP”) – *Enterprise Resource Planning* que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Serena e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro).

As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Um dos oito parques que compõem a UGC Delta 3 não está sujeita a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste

inflacionário anual, o que representa um *hedge* natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Companhia comercializa energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontração de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	162.698	120.043
Clientes	5	31.020	62.672
Caixa restrito	4	61.137	59.418
Total		254.855	242.133

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e Debêntures emitidas e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, a Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 9.5.

3.6 Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia e de suas subsidiárias, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia

possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. A Companhia acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Banco	65	53	15904	9.826
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.493	7.834	146794	110.217
Caixa e equivalentes de caixa	1.558	7.887	162.698	120.043
Aplicações financeiras - Caixa restrito	46	8	61.137	59.418
Total	1.604	7.895	223.835	179.461

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas

normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 16.

	Consolidado	
	2024	2023
Excedente contratos regulados	7.360	22.490
Contratos LER	29.030	2.855
MCP – CCEE	781	479
Consumidores livres e distribuidoras	1.209	41.274
Outras contas a receber	0	6.117
Total	38.380	73.215
Apresentados no ativo:		
Circulante	31.020	62.672
Não Circulante	7.360	10.543

Contas a receber regulado (LER e distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras e LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP – CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Não há saldos relevantes em atraso em, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS

	Consolidado	
	2024	2023
Tributos a recuperar		
IRRF/CSLL	2.529	2.690
PIS/COFINS	2.137	2.641
ICMS	59	59
Tributos diferidos	9.295	6.202
Adiantamento a fornecedores	965	1.969
Partes relacionadas (Nota 14)	27.464	2.338
Despesas a apropriar	2.413	1.330
Depósitos judiciais	94	97
Outros	2.224	8.006
Total	47.180	25.332
Apresentados no ativo:		
Circulante	37.742	18.985
Não Circulante	9.438	6.347

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 14.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações

financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Delta 3 I	Delta 3 II	Delta 3 III	Delta 3 IV	Delta 3 V	Delta 3 VI	Delta 3 VII	Delta 3 VIII	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.820	89.527	81.684	100.132	87.197	109.956	111.863	80.136	748.315
Dividendos	(783)	(2.772)	(2.172)	(4.347)	(3.248)	(3.029)	(3.026)	(1.986)	(21.363)
Resultado de equivalência patrimonial	3.295	11.671	9.145	18.305	13.676	12.755	12.737	8.362	89.946
Redução de capital	(4.785)	(4.380)	(4.529)	(5.242)	(5.013)	(5.070)	(5.454)	(4.808)	(39.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	85.547	94.046	84.128	108.848	92.612	114.612	116.120	81.704	777.617

7.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Delta 3 I	Delta 3 II	Delta 3 III	Delta 3 IV	Delta 3 V	Delta 3 VI	Delta 3 VII	Delta 3 VIII	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.632	81.805	75.946	97.240	82.668	97.961	104.710	74.927	699.889
AFAC	2.000	-	-	-	-	-	-	-	2.000
Redução de capital	(4.008)	(3.669)	(3.794)	(4.396)	(4.199)	(4.245)	(4.567)	(4.028)	(32.906)
Resultado de equivalência patrimonial	3.809	10.845	9.771	8.889	10.550	13.014	12.801	8.511	78.190
Dividendos	1.387	546	(239)	(1.601)	(1.822)	3.226	(1.081)	726	1.142
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.820	89.527	81.684	100.132	87.197	109.956	111.863	80.136	748.315

7.3 Apresentação das demonstrações financeiras das investidas sumarizadas

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Delta 3 I Energia S.A.	198.845	113.296	85.547	3.295
Delta 3 II Energia S.A.	194.294	100.248	94.046	11.671
Delta 3 III Energia S.A.	183.383	99.255	84.128	9.145
Delta 3 IV Energia S.A.	227.167	118.319	108.848	18.305
Delta 3 V Energia S.A.	196.490	103.879	92.612	13.676
Delta 3 VI Energia S.A.	216.936	102.325	114.612	12.756
Delta 3 VII Energia S.A.	231.853	115.733	116.120	12.737
Delta 3 VIII Energia S.A.	185.775	104.071	81.704	8.361

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na

medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Consolidado					
	Ativo de direito de uso de arrendamento		Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
	Edificações					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.647	30.893	1.284.732	845	25.266	1.365.383
Adições	-	-	9.871	-	68	9.939
Baixa	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.102)	(1.182)	(50.539)	(170)	-	(52.994)
Transferência	-	5.288	17.062	53	(22.402)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.545	34.999	1.261.125	727	2.932	1.322.328

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Consolidado					
	Ativo de direito de uso de arrendamento	Edificações	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.254	31.986	1.325.277	939	19.931	1.393.387
Adições	(3)	32	5.990	-	5.335	11.354
Baixa	-	-	(151)	1	-	(150)
Depreciação	(698)	(1.125)	(49.747)	(95)	-	(51.665)
Remensuração	9.094	-	3.363	-	-	12.457
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.647	30.893	1.284.732	845	25.266	1.365.383

Em dezembro de 2024, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação do saldo de ativo de direito de uso de arrendamento, de Intangível para Imobilizado.

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização de juros ao ativo imobilizado.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 9.1 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2024 são as seguintes:

UGC	Taxa de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros
UGC Delta 3	3,30%	3,00%	5,80%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Não houve indicativo de desvalorização que demandassem teste de recuperabilidade desses ativos.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente

mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

9.1 Composição do saldo

	Consolidado					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Em moeda nacional						
BNDDES	59.797	54.703	695.882	747.234	755.679	801.937
Debêntures	33.654	25.376	151.855	175.789	185.509	201.163
	93.451	80.079	847.737	923.023	941.188	1.003.100
Custo de transação	(1.881)	(2.940)	(7.629)	(8.480)	(9.510)	(11.420)
Total	91.570	77.139	840.108	914.543	931.678	991.682

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo apresentado para a controladora refere-se ao valor das debentures e de seus respectivos custos de captação no montante total líquido de R\$ 200.180 (R\$ 208.851 em 2023).

Os contratos da Companhia referem-se substancialmente a financiamentos obtidos junto ao BNDDES, bem como debêntures emitidas. Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
						2024	2023
UGC Delta 3	BNDDES	Março/2034	mensal	TJLP + 2,32%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	755.679	801.937
UGC Delta 3	Debêntures	Dezembro/2029	semestral	IPCA + 7,10%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	185.509	201.165
						941.188	1.003.102

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures nos exercícios é demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	991.682
Pagamento de principal	(70.228)

Encargos financeiros pagos	(83.996)
Encargos financeiros provisionados	92.309
Amortização de custo de transação	1.911
Saldos em 31 de dezembro de 2024	931.678

Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.039.345
Pagamento de principal	(61.427)
Encargos financeiros pagos	(85.558)
Encargos financeiros provisionados	98.075
Amortização de custo de transação	1.247
Saldos em 31 de dezembro de 2023	991.682

9.2 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2025	79.288	14.162	93.450
2026	88.448	11.564	100.012
2027	93.603	11.564	105.167
2028	99.186	11.564	110.747
2029	105.234	11.564	116.798
2030 a 2032	278.026	-	278.026
2033 a 2035	136.988	-	136.988
	880.770	60.418	941.188

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

9.3 Garantias

As garantias dos financiamentos das Controladas são as usuais a um Project Finance, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

9.4 Covenants financeiros

O Grupo está sujeito a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas. Na tabela a seguir, demonstramos os *covenants* exigidos:

	ICP	Dívida ICSD líquida/EBITDA	Tipo
--	-----	-------------------------------	------

UGC Delta 3	N.A.	≥1,1	N.A.	Vencimento antecipado
-------------	------	------	------	-----------------------

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos *covenants*. O cálculo de atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	ICSD 2024
(+) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	79.074
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo / positivo	88.010
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo	-
(+) Depreciações e amortizações	53.118
(+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversões de perdas anteriores	-
(+/-) Prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível	-
(-) Pagamentos efetuados relativos ao Uso do Bem Público e/ou outorga da concessão	-
EBTIDA consolidado ajustado	220.202
(+) Imposto de renda e contribuição apurados no exercício	(15.288)
Geração de caixa das atividades (a)	204.914
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de amortização de principal realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"	70.228
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de juros realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"	83.996
Serviço da dívida (b)	154.224
ICSD auferido (a)/(b)	1,33

10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores O&M, equipamentos e serviços	2.935	2.461
Compra de energia	49	1.228
Contas a pagar ACR	11.936	16.458
	14.920	20.147
Apresentados no passivo:		
Circulante	3.716	3.966
Não circulante	11.204	16.181

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE.

O aumento nas contas a pagar ACR decorre de déficit de energia gerada em relação a garantia física comprometida nos contratos regulados. A obrigação pode ser revertida subsequentemente a medida em que a geração de energia de períodos subsequentes seja superior aos valores garantidos em contrato, no prazo máximo de 4 anos.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Companhia adota o programa de participação nos resultados (“PPR”) tendo como base contribuições das equipes e o desempenho global da empresa através do atingimento de indicadores de performance. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Os saldos são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Obrigações trabalhistas		
Salários e encargos	96	73
Provisões trabalhistas	394	356
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	1.571	275
Impostos a pagar	10.270	7.806
Tributos retidos sobre terceiros	391	782
	12.722	9.292

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos (Nota 14)	15.144	12.613	15.149	12.616
Partes relacionadas (Nota 14)			4.697	3.560
Serviços	-	-	523	2.979
Provisões diversas			3.564	3.369
	15.144	12.613	23.933	22.524
Apresentados no passivo:				
Circulante	15.144	12.613	20.369	19.164
Não Circulante	-	-	3.564	3.360

13. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

UGC	% Arrendamento		2024
	sobre geração	Término	Passivos de arrendamentos
Delta 3	0,60	2051	28.436
Total			28.436
Apresentados no passivo:			
Circulante			1.692
Não circulante			26.744
Total			28.436

A taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento, sendo apresentado a seguir, um resumo das taxas utilizadas para cada UGC:

UGC	%
Delta 3	10,08

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.942
Juros incorridos sobre o passivo	1.825
Remensuração	9.095
Baixas	(6)
Pagamento de arrendamentos	(1.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.205
Juros incorridos sobre o passivo	2.278
Pagamento de arrendamentos	(2.048)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.436

A Companhia não utilizou o benefício concedido em contrato de arrendamento referente à alteração nos pagamentos do arrendamento, conforme deliberação da CVM 859/20.

14. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora indireta Serena e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Serena), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

14.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

14.1.1 Controladora

	2024			2023		
	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo
	Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Outras obrigações
Serena Geração	43.848	15.149	1	-	12.613	-
UGCDelta3	-	-	-	30.986	-	-
Total	43.848	15.149	1	30.986	12.613	-

14.1.2 Consolidado

	2024						2023					
	Ativo			Passivo			Ativo			Passivo		
	Clientes	Outros créditos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras obrigações		Clientes	Outros ativos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras obrigações	
Comercializadora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25
Serena Geração	26.310	-	1.714	15.149	2.268	21.637	3	1.118	12.616			2.982
Serena Desenvolvimento	-	-	-	-	3	-	2	-	-	-	-	6
Serena Energia	-	-	-	-	487	-	-	-	-	-	-	92
UGC Assuruá	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
UGC Delta 1	-	873	-	-	223	-	2.141	-	-	-	-	346
UGC Delta 2	-	14	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-
UGC Delta 5	-	66	-	-	-	-	51	-	-	-	-	-
UGC Delta 6	-	56	-	-	-	-	42	-	-	-	-	-
UGC Delta 7 e 8	-	123	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-
UGC Indaiás	-	16	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-
UGC Musca	-	6	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
UGC CEA II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109
Total	26.310	1.154	1.714	15.149	2.983	21.637	2.337	1.118	12.616			3.560

14.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

14.2.1 Consolidado

	2024						2023
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	
Comercializadora	-	-	-	-	-	-	(26)
Serena Geração	29.745	(6.534)	(7.865)	315	(2.780)		(6.035)
Serena Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	27
Serena Energia	-	-	(827)	-	-	-	4
UGC Assuruá 5	-	-	(9)	-	-	-	-
UGC Delta 1	-	-	(419)	-	-	-	(364)
UGC Delta 2	-	-	75	-	-	-	78
UGC Delta 3	-	-	6	-	-	-	(6)
UGC Delta 5	-	-	264	-	-	-	190
UGC Delta 6	-	-	264	-	-	-	190
UGC Delta 7 e 8	-	-	344	-	-	-	247
Serena Desenvolvimento	-	-	(13)	-	-	-	(20)
UGC Indaiás	-	-	-	-	-	-	25
UGC Serra das Agulhas	-	-	(53)	-	-	-	-
Total	29.745	(6.534)	(8.233)	315	(2.780)		(5.690)

A Controladora garante obrigações financeiras relativas a contratos financeiros e fianças de suas controladas. No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, essas garantias não aumentam a exposição da Companhia à fianças e garantias apresentadas na Nota 9.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

15.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 454.113, representado por 446.617.100 ações ordinárias e 2023, é de R\$ 453.363, representado por 445.867.100 ações ordinárias. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Serena Geração.

15.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2024 e 2023 é a seguinte:

Proposta da Administração	2024	2023
Resultado do exercício	63.784	53.119
(-) Reserva legal 5%	(3.189)	(2.656)
(=) Lucro líquido ajustado	60.595	50.463
Destinação dos resultados		
Dividendos mínimos obrigatórios	15.149	12.614
Constituição de reserva de lucros a realizar	45.446	37.849

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras, denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	Consolidado 2023
Vendas no ACR		
Vendas no ACR	257.720	217.931
Excedente/(déficit CCEAR	1.793	14.202
LER	-	32.451
Vendas no ACL	9.617	9.207
MCP	3.147	713
Venda de crédito de carbono	-	-
Partes relacionadas	29.745	314
Impostos e deduções de vendas	(11.587)	(10.987)
	290.435	263.831

17. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2024	2023
Compra de energia	(12.063)	(3.375)
Depreciação e amortização	(53.097)	(51.787)
O&M	(35.441)	(31.075)
Encargos regulatórios	(9.899)	(9.517)
Outros	(4.222)	(2.861)
	(114.722)	(98.615)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	2024	2023
Despesas de pessoal	(7.825)	(5.474)
Depreciação e amortização	(21)	(23)
Serviços de consultoria e auditoria	-	(182)
Serviços de terceiros	(1.416)	(542)
Publicações e propaganda	-	-
Outras	(333)	(595)
	(9.595)	(6.816)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	350	1.580	18.894	19.313
Outras receitas	33	15	104	175
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(16)	(74)	(16)	(74)
	367	1.521	18.982	19.414
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(23.624)	(24.138)	(92.309)	(98.075)
Comissão sobre fiança	(2.212)	(2.086)	(9.300)	(9.957)
Custo de transação	(199)	(96)	(1.911)	(1.247)
Juros sobre arrendamentos operacionais	-	-	(2.278)	(1.825)
Outras despesas	(303)	(115)	(1.194)	(736)
	(26.338)	(26.435)	(106.992)	(111.840)
Resultado financeiro líquido	(25.971)	(24.914)	(88.010)	(92.426)

20. PROCESSOS JUDICIAIS

Política Contábil

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende diretamente da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera judicial, bem como em processos administrativos.

Provisões e passivos contingentes

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada pela administração como possível, baseada na avaliação dos consultores jurídicos, não são contabilizados e somam o montante de R\$ 234.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2024	2023	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	162.698	120.043	A
Aplicações financeiras - Caixa restrito	61.137	59.418	A
Clientes	38.380	73.215	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	931.678	991.682	A
Fornecedores	14.920	20.147	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Delta 3 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Delta 3 Energia S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em **31** de dezembro de **2024** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Delta 3 Energia S.A.** em **31** de dezembro de **2024**, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no **Brasil**.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9